



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA – CEI/SC

ATA DA PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEI-SC EM DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, em segunda convocação, Conselheiros titulares e suplentes reuniram-se no auditório da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC), sito na Avenida Mauro Ramos, 722 - Centro, Florianópolis - SC, sob a presidência da Sra. Rosângela Morais da Rosa, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Aprovação das justificativas dos Conselheiros Ausentes. 2. Levantamento do Quorum Regimental. 3. Leitura e aprovação da Ordem do Dia. 4. Aprovação da Ata da Plenária Ordinária do mês de maio de 2014. 5. Moção de Apelo ao Instituto Nacional do Seguro Social – Esclarecimentos do Sr. Fabiano Zilli - Chefe do Atendimento da Superintendência Regional Sul do INSS. 6. Apresentação do panorama das denúncias do disque 100 de janeiro a maio de 2014. 7. Participação dos Conselheiros nas Comissões Temáticas. 8. Momento das Comissões: 8.1. Comissão de Combate à Violência: Reunião com a Proteção Especial/DIAS/SST – Disque 100. 8.2. Comissão de Normas: Inscrição de ILPIs – Resoluções e Anexos. 8.3. Comissão de Capacitação: Documento sobre Direitos dos Idosos. 8.4. Comissão de Políticas: Notícias referentes ao diagnóstico de Políticas Públicas. 8.5. Comissão de Finanças: Previsão Orçamentária para 2015. 8.6. Criação da Comissão Organizadora das Conferências. 9. Informes gerais: Visitas conjuntas nas agências do INSS. 10. Correspondências. 11. Continuação das apresentações: CNBB – Osvaldina. A Presidente iniciou as atividades, cumprimentando a todos e solicitando alteração da pauta: A) apresentação dos representantes do INSS - Sr. Fabiano e Sra. Ilca - que no primeiro momento da reunião farão esclarecimentos acerca da moção dos Conselheiros do CEI, referente ao atendimento preferencial à pessoa idosa. B) apresentação da Sra. Janice Merigo, representante da FECAM. A Conselheira Maria Inês fez a leitura do edital de convocação. Passou-se, então, à Aprovação das justificativas dos Conselheiros Ausentes (**Item 1**): Dirce Teresinha Diel, Janaina Sthler, Kelly Tasca, Lilian Alágia e Renata Baptista. A Conselheira Marília informou que precisará sair mais cedo devido a um compromisso familiar e pediu para que no momento das comissões, a comissão de capacitação fosse a primeira a fazer suas considerações. Aprovadas as justificativas. Verificou-se haver Quórum Regimental (**Item 2**). Referente ao **Item 3**, foi feita a aprovação da Ordem do Dia, considerando as solicitações acima mencionadas. O Conselheiro Rubens informou que está representando o SESC e que o titular, Sr. Rodrigo, não faz mais parte do quadro de funcionários do SESC. Passou-se ao **item 4** - Aprovação da ata da plenária ordinária do mês de maio de 2014, a qual foi **aprovada** sem alterações. A Conselheira Marília reiterou que não esteve presente na plenária de maio, no entanto, fez algumas anotações a respeito das deliberações para que, se necessário, sejam revistas em outro momento. Em seguida, para dar ciência aos Conselheiros, a Presidente fez um breve relato sobre o Encontro com a Previdência, onde surgiu a ideia da moção de apelo ao INSS, passando a palavra para o Sr. Fabiano e Sra. Ilca, (**item 5**). O Sr. Fabiano cumprimentou a todos e informou que a intenção do INSS é se aproximar do CEI e que no evento “Encontro com a Previdência” ele teve pouco tempo para fazer a apresentação referente ao atendimento do INSS, não havendo tempo hábil para discorrer sobre o assunto com maior profundidade. Informou que teve acesso à moção por meio da Conselheira Lilian e que gostaria de esclarecer que o atendimento prioritário do INSS é destinado a uma grande parte dos beneficiários, sendo a maioria absoluta daqueles que procuram atendimento. E que é feita uma triagem no primeiro atendimento. Reiterou que o INSS tem procurado atender o que a legislação prevê. Em relação à moção, a Presidente informou ao Sr. Fabiano que como o INSS pediu espaço para prestar esclarecimentos à plenária, o documentou ainda não fora encaminhado às autoridades definidas para



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA – CEI/SC

encaminhamento na moção. Frente a esta questão, o Sr. Fabiano solicitou que fosse avaliada a possibilidade de algumas retificações, salientando que o texto ficou condicionado a sua fala, a qual aponta a falta de cumprimento da lei por parte do INSS. Entretanto, ressaltou que, no seu entendimento, o INSS tem cumprido a lei. Em seguida, a Sra. Ilca acrescentou que estava representando a Conselheira Lilian, pois a mesma estava em viagem de trabalho e informou que a maioria do público do INSS se enquadra na lei, quanto ao atendimento preferencial. Em relação ao 135, reconhece ser preciso revê-lo, mas no presencial, a Sra. Ilca entende que o INSS está cumprindo a lei. Em seguida, o Sr. Fabiano falou sobre mudanças no sistema, que estão se adaptando a um novo modelo e que é uma prioridade da divisão de atendimento do INSS melhorar o patamar de espera. Em seguida, a Conselheira Marília fez suas considerações sobre uma experiência recente que teve no INSS, ressaltando que houve muita demora na fila de espera e despreparo por parte de alguns servidores no tratamento com o usuário. Em seguida o Conselheiro Sr. Eliseu também fez alguns apontamentos ressaltando a importância deste documento e que, no seu ponto de vista, não há necessidade de alterar o documento. A Conselheira Maria Joana falou em seguida, lembrando que, na elaboração da Moção, nada foi inventado; os dados estatísticos nela contidos são exatamente aqueles apresentados pelo Sr. Fabiano. Portanto, não via o que corrigir nesse sentido. Lembrou que o papel do Conselho é defender os direitos dos idosos e que, pelos números apresentados, era evidente que o direito ao atendimento preferencial dos idosos não estava sendo cumprido pelo INSS. Assim sendo, reiterava o posicionamento do Conselho expressado na moção e ratificou a fala da Conselheira Marília quanto ao atendimento presencial preferencial na agência da Felipe Schmitt, pois também ela teve uma experiência pessoal parecida. Finalizou sua fala propondo a retirada de apenas uma frase do texto da Moção, que menciona especificamente à fala do servidor Fabiano Zilli. A sugestão foi acatada pelos conselheiros, ficando **aprovado o encaminhamento da moção** naqueles termos. O Sr. Fabiano Zilli se colocou a disposição do CEI. A Presidente agradeceu a presença dos Servidores do INSS, lembrou o papel fiscalizador que é atribuído ao Conselho Estadual do Idoso e deu seguimento à pauta, passando a palavra para a Sra. Janice (FECAM) que se apresentou e informou que ela trabalha diretamente com os municípios na área da Assistência Social, sendo um dos seguimentos a pessoa idosa. O objetivo em participar das reuniões do CEI era acompanhar as discussões e levar aos municípios as informações; destacou as conferências municipais, pois muitos municípios estão solicitando orientações sobre esta temática, uma vez que as conferências devem ser realizadas até dezembro deste ano. Falou da parceria da EGEM com o NETI, que oferece uma capacitação referente a serviços de atendimento à pessoa idosa, a Sra. Janice informou que haverá gratuidade aos Conselhos Estaduais que tiverem interesse em participar e, em seguida, ela enviará um e-mail para a Secretaria Executiva confirmando esta questão. Colocou a FECAM à disposição para participar de alguma comissão do CEI e destacou uma preocupação que ela tem vivenciado junto aos municípios propondo um estudo conjunto com o Conselho referente aos “grupos tradicionais de idosos” presentes na grande maioria dos municípios catarinenses que com a consolidação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, estão passando por uma nova configuração. Informou que 30 municípios do meio-oeste catarinense receberam a cartilha do CEI “Conselho Municipal do Idoso: Normas e Diretrizes para Implantação” encaminhada à FECAM pela Secretaria Executiva do CEI. A FECAM possui 21 Associações Microrregionais e a atribuição da FECAM nas parcerias com outras instituições é: ofertar o espaço físico para o evento, contribuir com a divulgação e fornecer um *coffee break* aos participantes. A Presidente agradeceu a Sra. Janice pela presença e, em seguida, falou da



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA – CEI/SC

85 importância dos Conselheiros participarem das reuniões de comissões, em pelo menos uma comissão.
86 Informou que foi agendada uma reunião com o Sr. José Paulo da Cunha, Coordenador Estadual do Idoso
87 com o CEI, para obter maiores informações do Disque Idoso Santa Catarina e quais deverão ser os
88 encaminhamentos para que este trabalho se efetive no Estado. Informou, também, que no dia 23 de
89 junho houve uma reunião com a Proteção Social Especial da Diretoria de Assistência Social da SST com o
90 objetivo de saber da possibilidade de estabelecer uma parceria com esta Gerência para acompanhar as
91 denúncias e monitorar as situações de violência em Santa Catarina. O próximo assunto debatido foi o
92 **item 6** da pauta: apresentação do panorama das denúncias do disque 100, de janeiro a maio de 2014. A
93 Secretária Executiva Interina informou que a planilha foi elaborada por ela e pela funcionária Francielly.
94 Foi relatado que as denúncias do disque 100 são recebidas por e-mail periodicamente para ciência e
95 monitoramento. Até o momento foram recebidas no CEI 407 denúncias de 104 municípios. Embora, na
96 assembleia de maio, a Secretaria Executiva informara que havia mais de 1.000 denúncias até aquele
97 período, analisando denúncia à denúncia de forma mais sistemática, observou-se que havia vários casos
98 com repetições. Também foi apresentada uma tabela com municípios que exibem os maiores índices de
99 violência contra pessoa idosa, proporcionalmente ao número de habitantes. Destacou-se o município de
100 Sombrio, onde, até o momento, houve 11 denúncias e não há CMI neste município. O panorama será
101 repassado aos Conselheiros posteriormente. A Conselheira Rita de Cássia Gonçalves ressaltou que o
102 Conselho precisa ter um cuidado especial no recebimento da denúncia, que esta informação precisa ser
103 vinculada a uma medida protetiva. Em relação ao **item 7**, quanto à participação dos Conselheiros nas
104 Comissões Temáticas, a Presidente reiterou a solicitação para participação de todos os Conselheiros nas
105 comissões. 8. Momento das Comissões: Comissão de Capacitação: A Conselheira Marília informou que o
106 Município de São Joaquim será solicitado a responder, por escrito e com urgência, se realizarão a
107 capacitação dos Conselhos Municipais do Idoso com recursos da SDH/PR, uma vez que, durante um ano,
108 foram realizados contatos infrutíferos e reagendada a capacitação por diversas vezes, não sendo
109 executada até o momento. Caso não manifestem interesse por escrito até o prazo de 05 de julho, o
110 recurso que seria destinado para esta finalidade será realocado para outra ação, se possível, ou
111 devolvido à SDH. A Conselheira Marília falou sobre a solicitação do Conselho Municipal do Idoso de
112 Blumenau para a realização de uma capacitação complementar, pois a capacitação que foi realizada em
113 2013, com recursos federais, ficou comprometida; a participação dos Conselheiros do CMI foi
114 prejudicada em decorrência da falta de divulgação do evento em tempo hábil. A comissão propôs que a
115 Sra. Marília realize uma capacitação de um dia ao Conselho. Em relação às conferências, foi informado
116 pela Conselheira Marília que nas instruções do CNDI constam Conferências Municipais, Estaduais e a
117 Nacional. No entanto, em Santa Catarina, nas conferências anteriores, embora tivesse havido algumas
118 municipais, o critério mais adotado foram as Conferências Regionais e, posteriormente a Estadual,
119 culminando com a Nacional. A Conselheira propõe uma reflexão acerca das deliberações das
120 conferências anteriores, pois há muitas ações que ainda não foram efetivadas. Informou ainda que está
121 sendo providenciada uma cartilha sobre Direitos dos Idosos, com auxílio da Conselheira Maria Joana
122 (que já tem um material sobre esta temática) e será impressa com o recurso federal, conforme definido
123 anteriormente. Comissão de Combate à Violência: Como há uma parceria entre a Pastoral da Pessoa
124 Idosa e o CEI/Comissão de Violência, a Presidente sugeriu que a Conselheira Osvaldina (PPI-CNBB)
125 integrasse à sua apresentação, sobre a PPI, a questão relacionada à Comissão de Violência. Na
126 apresentação foi relatado que a Pastoral acompanha os idosos, principalmente aqueles que apresentam



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA – CEI/SC

127 situação de vulnerabilidade, por meio de visita domiciliar. Atentou para o fato de a Pastoral não ser
128 cuidadora de idosos e, sim, uma ponte entre a família, o idoso e a rede de atendimento, principalmente
129 no que se refere à saúde, assistência social, bem-estar e outros direitos. Relatou que os líderes da
130 Pastoral são incentivados a integrarem os Conselhos de Direitos dos Municípios para participarem do
131 controle social nas comunidades onde atuam. Observou-se que os locais onde a Pastoral tem se
132 instalado há uma diminuição de alguns índices de vulnerabilidade e melhoria nas condições de saúde
133 desses idosos. Em relação à parceria com o CEI, nas denúncias do disque 100, informou que a pessoa da
134 Pastoral que tem conhecimento que a visita se trata de situação de violência é apenas a coordenadora
135 da paróquia do município e que quem faz a visita não sabe que é ocorrência do disque 100 e vai até a
136 residência para ver se o idoso está bem, se está sendo atendido pela rede de atendimento (saúde, CRAS,
137 CREAS), como numa visita comum da PPI. Em seguida a Presidente agradeceu a apresentação da
138 PPI/CNBB e informou que o Conselheiro Pastor Anísio encaminhou o artigo "Um mundo caótico e
139 gelado" escrito por ele e que serão feitas cópias e entregues a todos na próxima plenária. O Conselheiro
140 Maércio trouxe um texto para reflexão que iria ser lido no final da plenária, mas não houve tempo hábil.
141 Comissão de Normas: Inscrição de ILPIs – Resoluções e Anexos. A Conselheira Maria Joana informou que
142 em relação à Resolução sobre inscrição das ILPIs, o modelo anterior precisou ser complementado para
143 ficar mais objetivo e para facilitar as inscrições das entidades no CEI. O modelo foi distinguido em dois
144 formatos: a) um para ILPIs que já estão em funcionamento; b) outro para aquelas estão sendo
145 implantadas. A comissão entende que aquelas que já estão em funcionamento poderão inscrever-se
146 apresentando um protocolo de pedido de vistoria do Corpo de Bombeiro e da Vigilância Sanitária. Já,
147 aquelas que estão iniciando suas atividades, precisarão apresentar o alvará de funcionamento (ou
148 similar) desses órgãos públicos para ter a inscrição no CEI. Com isso, estimula-se que as ILPIs existentes
149 sejam inscritas (e, assim, acompanhadas pelo CEI e/ou CMIs) enquanto se tenta barrar o surgimento de
150 novas ILPIs sem condições de segurança para os idosos. . A Conselheira Maria Joana pontuou outras
151 modificações importantes do texto da Resolução e esclareceu que esta Resolução diz respeito ao papel
152 do Conselho Estadual do Idoso no que se refere à parte documental para aqueles casos de ILPIs em
153 municípios onde não há CMI. O Conselho deverá realizar visitas *in loco* para avaliar as condições de
154 funcionamento das entidades que receberão a inscrição. **O texto da nova Resolução sobre inscrição de**
155 **ILPIs foi aprovado.** A Presidente lembrou que deverá ser encaminhado um ofício para Vigilância
156 Sanitária dando ciência das alterações da Resolução e propondo um protocolo de intenções. A Sra.
157 Janice pediu a palavra citou a resolução nº 16, de 5 de maio de 2010 que define os parâmetros nacionais
158 para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas,
159 projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito
160 Federal. Apontou que a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais entende que as ILPI's são serviços e
161 não programas, sendo preciso rever as nomenclaturas usadas e articular com o Conselho Estadual da
162 Assistência Social, pensando a criação de um protocolo de intenções com alinhamento nas ações de
163 forma complementar. A Cons. Maria Joana lembrou que a Resolução ora apresentada segue a
164 terminologia das leis que tratam da Política do Idoso e do Estatuto do Idoso e que, portanto, este
165 "alinhamento" tem que acontecer no nível legislativo. A Conselheira Edi pediu a palavra e fez suas
166 considerações reiterando a necessidade das alterações sugeridas para dar ao Idoso uma velhice com
167 dignidade. A Presidente solicitou que seja dada ciência das alterações da Resolução das ILPIs ao
168 Conselho Estadual de Assistência Social, bem como aos Conselhos Municipais do Idoso. Por fim, a



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA – CEI/SC

169 Conselheira Maria Joana informou que a Comissão de Normas se reunirá no dia 14 de julho, para
170 finalizar as alterações da Resolução e seus anexos; posteriormente esses textos serão encaminhados por
171 e-mail a todos os Conselheiros para leitura e considerações e, caso haja algum apontamento de
172 conteúdo por parte de algum conselheiro, o assunto será retomado na próxima plenária. **Não havendo**
173 **nenhuma sugestão ou solicitação de mudança até a próxima Plenária, o conjunto de documentos será**
174 **considerado aprovado.** A Conselheira Maria Inês fez suas considerações sobre a situação das ILPIs em
175 Criciúma e as dificuldades enfrentadas pelo CMI para realizar as inscrições, sendo que hoje apenas uma
176 entidade tem a inscrição naquele município. Relatou, também, sobre o co-financiamento estadual, onde
177 o recurso do convênio é repassado sempre com atraso pela Secretaria de Assistência Social aos serviços
178 de atendimento no município. Sobre este assunto, a Presidente propôs ponto de pauta para próxima
179 reunião. Em seguida a Presidente informou que no Shopping Iguatemi as vagas destinadas aos Idosos
180 estão no último piso, em um local de difícil acesso e que isto merece o envio de uma notificação do
181 Conselho Estadual do Idoso solicitando informações e sugerindo que as vagas sejam realocadas para um
182 local acessível. Passou-se a palavra para Comissão de Políticas, o Sr. Eliseu informou que a comissão está
183 providenciando a tabulação do diagnóstico de políticas e que ainda nem todos os ofícios encaminhados
184 foram respondidos. O Conselheiro Eliseu convidou a Conselheira Jordelina a assumir a coordenação da
185 comissão, pois participará do processo eleitoral como candidato a deputado federal e ficará afastado
186 até o mês de outubro das atividades do Conselho. A Presidente saudou o Conselheiro Eliseu desejando
187 êxito em sua nova empreitada e cumprimentou a Conselheira Jordelina como nova coordenadora da
188 comissão de políticas. Em seguida, a Presidente informou que em relação ao item 8.6 sobre a Criação da
189 Comissão Organizadora das Conferências sugere como integrantes: Rosângela, Maria Joana, Osvaldina,
190 Marília e Jordelina, Edi e Simone. As Conselheiras Edi e Simone justificaram que no momento não têm
191 possibilidade de participar. Esta comissão será responsável por organizar as conferências em âmbito
192 municipal, estadual e preparatório para nacional. A Conselheira Edi solicitou informações a respeito de
193 recursos para as Conferências. Foi informado pela Secretária Executiva que está sendo feito pela
194 comissão de finanças um planejamento para o ano de 2015 e que foi solicitada a inclusão deste item. Foi
195 ressaltado pela secretária executiva que até o momento o único documento que foi enviado ao CEI pelo
196 CNDI foi a resolução nº 22 de 17 de abril de 2014, que estabelece a realização das conferências. Para o
197 Conselho começar a trabalhar na comissão organizadora precisa ter o regimento interno com os eixos
198 temáticos e as orientações básicas para realização das conferências. Semanalmente são realizados
199 telefonemas ao CNDI pedindo notícias do regimento interno e até o momento a informação é sempre a
200 mesma: que este documento está sendo elaborado por uma comissão estabelecida na resolução e que
201 até o momento não está pronto. Foi relatado pela Secretária que muitos municípios têm feito contato
202 com o CEI pedindo notícias, pois estão preocupados e querem começar a se preparar para as
203 conferências municipais, que segundo a resolução, deverão ocorrer até dezembro deste ano. Foi
204 informado pela Presidente que haverá uma reunião descentralizada do CNDI no mês de julho em Porto
205 Alegre, a qual tratará das Conferências. A Presidente sugeriu que se aguarde até a próxima plenária e
206 caso não tenha novas notícias o CEI oficializará um documento ao CNDI se manifestando em relação às
207 Conferências. Alguns avisos foram repassados pela Secretária Executiva: 26 de junho haverá a segunda
208 tarde cultural para idosos e a presidente foi convidada a fazer parte da mesa de abertura. Ibirama está
209 solicitando um Conselheiro Estadual para fazer uma fala no CMI para esclarecimento de dúvidas, pois
210 estão criando o Conselho. Faltam algumas instituições para realizar as apresentações: FEC; CELESC;



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA – CEI/SC

211 SANTUR; SCC; SST; SED; SEF; CNBB; FEAPESC; NOVA VIDA; OAB; SESC; APAS-FIESC e SES. A Secretária
212 fará um cronograma para as próximas apresentações e encaminhará por e-mail as sugestões de datas.
213 Foi solicitado que aqueles conselheiros que ainda não preencheram o cadastro de atualização de dados
214 pessoais que o preencham. Em seguida os aniversariantes do mês foram parabenizados. Nada mais
215 havendo a tratar, às 17h00 a presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Plenária
216 e eu, como Secretária Executiva Interina, lavrei a presente ata que, após aprovada, será assinada pela
217 presidente e por mim.
218 Presidente: Rosângela Moraes da Rosa:
219 Secretária Executiva Interina: Mônica Lipski: